



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**TRAJETÓRIAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
MATEMÁTICA DE ARRAIAS - TO: as duas primeiras décadas**

**Kaled Sulaiman Khidir<sup>497</sup>**

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto apontar percursos da trajetória histórica do Curso de Licenciatura em Matemática de Arraias-TO, a partir das memórias, documentos e das leis que originaram e conduziram seus caminhos e transformações em relação à formação do professor, seus saberes e as práticas docentes. Nesse sentido, focamos principalmente na formação de professores de Matemática no Estado do Tocantins, relacionando a formação deste profissional em âmbito nacional; além de levantar elementos históricos acerca do Curso de Matemática oferecido no Câmpus Universitário de Arraias, tanto na gestão da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, quanto na Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, considerando suas especificidades, diferenças e funções históricas, além das dificuldades e percalços na implantação de cada uma delas. Apresentando dados quanto à estrutura do curso, seus laboratórios, professores e egressos. Por fim, apresentamos reflexões acerca da vida do curso nas suas duas primeiras décadas e suas implicações no papel social na formação de professores de Matemática.

**Palavras-chave:** Formação de Professores de Matemática. História de Formação de Professores de Matemática. Trajetória da formação licenciada.

<sup>497</sup> Docente da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Câmpus Arraias. Doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas - Instituto de Educação Matemática e Científica - IEMCI - UFPA. E-mail: kaled@uft.edu.br.

## **SOBRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS)**

A Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) foi criada pelo decreto nº 252/90 de 21 de fevereiro de 1990, de acordo com o dispositivo da lei nº 136/90, de 21/02/1991. Foram convidados professores da Universidade Federal de Goiás (UFG) para estruturar a nova instituição de ensino superior. Tal criação ocorreu em março de 1991, a partir da implantação efetiva da UNITINS, tendo em vista todas as dificuldades de elaboração e efetivação da Universidade, bem como dos cursos e de seus Centros de Ensino. Em 08 de fevereiro de 1996 sob a lei nº 874 autoriza o executivo a promover a instituição da UNITINS. “As leis nº 896/97 e 638/97, estadual e municipal reconhecem e declaram de utilidade pública a referida fundação”. (ALVES, 2006, p.33).

De acordo com a Lei nº 1.042, de 28 de janeiro de 1999,:

Art. 1º A autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins – UNITINS deverá prover os meios para o regular funcionamento fundação Universidade do Tocantins;

Art. 8º A entidade sucessora da autarquia Universidade do Tocantins – UNITINS, terá o caráter de fundação de direito privado, constituída sob a égide dos mandamentos do Código Civil Brasileiro, considerando-se não-estatal para quaisquer efeitos; (TOCANTINS, 1999).

Disposto destes artigos pode se perceber a precariedade da situação legal vivida desde 1996, período em que os alunos chegaram a pagar mensalidades, mas chegou um momento crucial em que os alunos não podiam mais pagar as mensalidades então resolveram paralisar as aulas. Contudo em 29 de maio de 2000, a Medida Provisória nº 363/00 torna gratuito o ensino nesta instituição.

Além disso, é, também, de acordo com Alves (2006), que indentificar a informação na qual consta que em 1º de fevereiro de 2000 foi editada a lei nº1.127 que dava a nova denominação à Universidade do Tocantins passando a se chamar Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS.

A fundação que se tornou autarquia, que ora era pública de direito público, que ora pública de direito privado, se configurou na UNIPALMAS, tendo como principal objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, integrados na formação técnico-profissional, difusão da cultura e criação filosófica, científica, artística e tecnológica. (ALVES, 2006, p.35).

Tal informação nos leva a constatar que a UNITINS, dividiu-se entre a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) e a Universidade Estadual de Palmas (UNIPALMAS), que simultaneamente propugnavam os mesmos compromissos e responsabilidades de intervenção social comuns, baseada nos princípios constitucionais e legais que as regem, e também as demais universidades públicas do país.

Em nossas pesquisas identificamos que em um mesmo dia foram publicadas duas leis para (re)estruturar a UNITINS. Trata-se das Leis nº 1.126 e nº 1.127, ambas de 1º de fevereiro de 2000. Nesse mesmo ano a Lei nº 1.160 de 19 de junho propõe a reestruturação da Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências.

Ainda em 2000, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sanciona a Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, onde autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Dando assim, início ao processo de federalização da UNITINS. Dessa constatação, seguida de outras investigações, verificamos que até o ano de 2015, existem oficialmente, no estado do Tocantins, duas universidades públicas: a UNIPALMAS, ainda conhecida como UNITINS, mantida pelo Estado do Tocantins e a UFT, mantida pela União. Há, entretanto, necessidade de nos interrogarmos a respeito dos caminhos que se seguiram desde essas origens até o momento atual, com relação aos cursos de licenciatura em Matemática naquele estado.

## **FUNDACÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**

De acordo com a Lei nº 10.032, do dia 23 de outubro de 2000, que autoriza legalmente o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, considerando as especificidades de uma fundação de princípios públicos, verificamos que os artigos da referida lei paonta que:

Art 1º fica instituída a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Palmas Estado do Tocantins.

Art. 2º A Fundação Universidade Federal do Tocantins adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente (BRASIL, 2000)

Todavia, identificamos que foi somente no dia 17 de julho de 2002, que foi assinado no gabinete do então ministro da educação Paulo Renato de Souza, um convênio entre o Governo Federal e a Universidade de Brasília - UnB, no qual, na pessoa do Magnífico Reitor Lauro Morhy, estabeleceram-se responsabilidades para o encaminhamento do processo de implantação da UFT, efetivado por meio do Decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002, cumprido os requerimentos dos fundamentos legais.

Após ter sido feito todos os parâmetros burocráticos necessários para que a Universidade pudesse cumprir efetivamente com seu propósito histórico, cultural, político e principalmente educativo, especifica que a Universidade Federal receberá os patrimônios imobiliários da UNITINS, isto mediante estudo jurídico patrimonial feito pela UnB, e neste contexto a UFT assume paulatinamente os alunos, prédios, cursos e até mesmo os mobiliários da UNITINS, esta que por sua vez não desaparece, mas se divide, doando espaço e suporte a sua nova “companheira” de trabalho a UFT.

A Universidade concebida em um turbulento sistema burocrático, político e sociocultural se estrutura vagarosamente, mas também com rigorosidade profissional, evidenciada pelo seu compromisso social como pode-se observar em seu Estatuto (UFT, 2003) no artigo 2º, cujo enunciado propõe, entre outras responsabilidades institucionais os seguintes:

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e, comunicar o saber através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação,  
VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição (UFT, 2003).

Considerando tais artigos e com base no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT (2007), considerado necessário destacar alguns acontecimentos importantes durante a Fundação da UFT.

Com relação aos cargos de pessoal técnico-administrativo, o Decreto de nº 4279/02 havia atribuído inicialmente 245 cargos para os servidores efetivos da área técnico-administrativa, mas essas vagas não foram liberadas pelo Ministério da Educação (MEC). Então por meio de ofício nº 273, de 14 de abril de 2003 foi solicitada da UnB, em caráter de excepcionalidade, a liberação de 40 vagas para a área administrativa de nível superior, visando suprir as áreas de apoio mais necessitadas da Universidade.

Entretanto, essas vagas só foram liberadas em dezembro de 2003 e a realização do concurso foi concluída em abril de 2004. Mas considerando, o déficit de funcionários na área administrativa no processo de consolidação da UFT, foi firmada uma parceria com o Governo do Estado que permitiu a permanência de funcionários da UNITINS e outros contratos com o Estado. Depois que a comissão comandada pela UnB finalizou seus trabalhos, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro da Cristovão Buarque. Foi convidado para reitor pró-tempore o Professor Doutor Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003 o professor Mestre Zezuka Pereira da Silva, também aposentado da UFG para o cargo de coordenador do gabinete da UFT. (UFT, 2007)

A referida comissão preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição do Reitor e do Vice-reitor da UFT que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, no qual foi eleito o professor Alan Barbiero. Em 24 de setembro de 2003 o professor Alan foi nomeado reitor pró-tempore pelo período de 12 meses pelo vice-presidente da república, Jose Alencar.

Logo após ter sido instalado os Órgãos Colegiados Superiores como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) na UFT, foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº 9192/95 de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Com isso na UFT foi elaborada uma lista pelo colégio eleitoral no dia 20 de abril de 2004, em conformidade com a Resolução nº 001/04 de 14 de abril de 2004 do CONSUNI, onde constava o nome do professor doutor Alan Barbiero para reitor e da professora doutora Flavia Lucila Tonane para Vice-reitora que foram indicados.

O Ministério de Educação, no dia 13 de julho de 2004 apresentou o resultado onde o presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, nomeou o professor Alan Barbiero para o cargo definitivo, mandato de 13 de julho de 2004 a 13 de julho de 2008, a partir disto o Ministro da Educação, Tarso Genro dá a posse definitiva ao professor Alan Barbiero, em 03 de agosto de 2003.

A UFT incorporou todos os cursos e também o curso de mestrado em ciências do ambiente, que era ofertado pela UNITINS, fez ainda absorção de mais de 8.000 (oito mil) alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos Câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

Foram liberados 358 (trezentos e cinqüenta e oito) vagas para realização do concurso dos servidores técnico-administrativo, que foi realizado em novembro de 2005. As vagas foram distribuídas da seguinte forma: 81 vagas para os cargos de nível superior e 277 vagas para os cargos de nível intermediário.

No ano de 2004 a UFT contava com 258 professores efetivos, e mais 96 vagas em concursos, em 2005 são 519 (segundo o relatório da Pró-reitoria de Administração e Finanças - PROAD), distribuídos pelos 7 Câmpus: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

## **SOBRE O CURSO DE MATEMÁTICA DE ARRAIAS DA UNITINS**

O Curso de Matemática em Arraias tem 2 momentos históricos: o primeiro, quando da sua criação, pertencente a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS); e no segundo momento após a federalização da UNITINS e seus desdobramentos. Estes escritos foram produzidos por Silva (2010) em sua monografia na conclusão do Curso de Matemática, sob minha orientação. Apresentamos nesta seção a história do curso sob responsabilidade da UNITINS e na próxima, sob a administração da UFT.

O curso de matemática foi criado na UNITINS pela Resolução CODIR/nº 018/94 no dia 14 de outubro de 1994, tendo inicio em março de 1995, onde o Presidente da Comissão Diretora da Universidade do Tocantins - UNITINS, Delby Fernandes de Medeiros, no uso de suas atribuições autoriza que:

Art. 1º Criar o Curso de Licenciatura em Matemática no Centro Universitário de Arraias.

Art. 2º Autorizar a implantação e o funcionamento do Curso que se refere a Art. 1º, a partir do 1º semestre de 1995. (TOCANTINS, 1994)

Após ter sido criado e implantado o funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática na UNITINS, passaram-se alguns anos até que o Conselho Estadual de Educação do Tocantins no dia 16 de abril de 1999 com a Resolução 029/99 aprova

“Grades Curriculares” e convalida estudos, com isso o Curso de Matemática do Campus de Arraias que era anual desde 1995, passa a ser semestral a partir de 1998, conforme a artigos 1º e 2º da Resolução 029/99, destacado a seguir.

Art. 1º Aprovar as Grades Curriculares do Curso de Matemática (Licenciatura Plena) ministrado pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS – em seu Campus Universitário de Arraias, sendo a anual a partir de 1995 e a semestral a partir de 1998, gradativamente.

Art. 2º Convalidar os estudos realizados pelos alunos do supracitado curso, nos períodos que especifica, conforme listagem anexa ao processo. (TOCANTINS, 1999)

A primeira Grade Curricular do Curso de Matemática na UNITINS, Campus Universitário de Arraias no ano de 1995 era anual, seria distribuída em uma carga horária 2.856h/a, no período noturno com duração mínima de 04 (quatro) anos e máxima de 07 (sete) anos. Já no ano de 1998 a Grade Curricular mudaria para semestral de modo a permitir uma concentração de fundamentos no inicio do curso, com o claro objetivo de reduzir a evasão e a repetência, e seria distribuída da seguinte forma, com uma carga horária de 2.715 h/a, sendo 2.535 de disciplinas obrigatórias e 180 de disciplinas optativas, no mesmo período noturno com duração mínima de 08 (oito) semestres máxima de 14 (quatorze) semestres. Conforme o Currículo do Curso de Matemática aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins através da Resolução 029/99, em anexo.

O corpo Docente apresentado pela Instituição e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Curso de Matemática, era composto de 13 professores, dos quais 04 (quatro) são mestres, 03 (três) mestrandos, 02 (dois) especialistas e 04 (quatro) graduados. Mas a comissão designada pela Portaria CEE - TO nº 005/99 que verificava as condições do curso, recomendou que aqueles professores que tivessem apenas graduação estariam tendo um prazo de no máximo um ano para se especializarem.

Haviam professores indicados para todas as disciplinas do currículo da Instituição, mas antes de decidir quais disciplinas cada professor desenvolveria, era feita uma relação entre a formação dos professores com as disciplinas existentes no currículo.

A biblioteca da Instituição apresentava nesta época, um acervo específico de 591 títulos, com 1.147 exemplares, 05 títulos de periódicos e 76 exemplares de obras de referência. A biblioteca não contava com nenhum recurso de informatização, apenas um mini-laboratório de matemática e física. Com isso podemos perceber a escassez de livros, computadores, internet, para se desenvolver um trabalho em equipe professor/ aluno.

Conforme o relatório elaborado pela Comissão do Conselho Estadual de Educação, foram realizadas entrevistas realizadas entre todos os professores e alunos de todos os períodos, e ficou constatado que os professores demonstraram grande compromisso e disponibilidade para o atendimento acadêmico em horários alternativos. Os alunos evidenciaram que o envolvimento do corpo decente, enfatizando a segurança em relação aos conteúdos. Um ponto negativo identificado pelos alunos foi a ausência de computadores onde aproveitaram o momento para solicitar a viabilidade de um laboratório de informática e manifestaram também uma preocupação com o baixo nível do ensino médio, em particular na área de Matemática.

A autorização e o reconhecimento do curso de Matemática (Licenciatura Plena) do Campus Universitário de Arraias, se deu pelo Decreto nº 788, de 8 de junho de 1999.

## **A RESPEITO DO CURSO DE MATEMÁTICA EM ARRAIAS DA UFT**

No processo de transição da UNITINS para a UFT, vários Câmpus foram fechados. O Campus de Arraias permaneceu e os cursos já existentes se mantiveram (Matemática e Pedagogia). Além de Arraias, o único Câmpus da UFT que oferece o curso de Licenciatura em Matemática é o de Araguaína. Estes Campus distam cerca de 800 km um do outro.

Em nosso levantamento histórico documental, pouco encontramos sobre o Curso de Matemática (tanto pela UNITINS quanto pela UFT). O que conseguimos foram as leis/decretos e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Matemática. Desta forma apresentaremos as análises do PPC, pois a legislação já fora apresentada e discutida neste texto anteriormente. Além disso, apresentaremos as informações dos professores e egressos (acadêmicos que se formaram) do curso.

No período de transição da UNITINS para a UFT (entre os anos de 2003 a 2004), quando a UFT passou efetivamente a funcionar em Arraias que vem desenvolvendo esse novo modelo de perfil do professor licenciado na área de matemática. De acordo com o PPC de 2003, o objetivo geral da UFT no curso de matemática, é formar professores com habilidades e domínio de conteúdo que lhes permitam atuar com discernimento e conhecimento da matemática; propiciar ao licenciado a visão crítica do ensino de profundidade balizado pelas bibliografias recomendadas. Contudo, devemos destacar que

na prática, o curso tem privilegiado a formação da ciência Matemática à formação pedagógica do professor de Matemática.

Conforme a documentação referente ao PPC, os objetivos do curso são:

- Dar ao educando uma visão histórica e crítica da Matemática, tanto no seu estado atual, como nas várias fases de sua evolução;
- Capacitar ao formando a utilização de conhecimentos matemáticos para a compreensão do mundo que o cerca;
- Formar profissionais capazes de discorrer, com clareza, conceitos matemáticos, definições, teoremas e propriedades;
- De uma visão abrangente do papel social do educando e da importância da multidisciplinaridade;
- Superar a visão tradicionalista do saber, a fim de formar professores não somente matemáticos, mas, com consciência do processo ensino-aprendizagem e da comunicação de idéias com a Educação Matemática.

Ainda conforme o PPC de Matemática (2003), em se tratando de avaliação no curso de matemática ela existe e é executada como uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que tem o objetivo de diagnosticar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a fim de constatar professores, dificuldades e reorientar os acadêmicos de seus trabalhos para as correções quando necessárias. A avaliação é uma tarefa complexa não se resume à realização de provas e atribuições de notas, mas também recorre a outros instrumentos como provas escritas e orais, trabalhos de pesquisa e análise, produção de textos e relatórios, apresentação de seminários, realização de mini-cursos, participação e discussão na sala de aula.

Uma disciplina muito importante que acontece durante o processo de formação de matemática, juntamente com as outras é o Estágio Curricular, onde ele possibilita aos alunos a formação e construção de conhecimentos práticos, para promover o conhecimento experimental essencial a sua atuação como professores.

Então, como descreve o PPC de Matemática (2003), “O estágio deve ser realizado ao longo do curso de formação e vivido com tempo suficiente para abordar diferentes aspectos da dimensão profissional, incluindo o envolvimento pessoal. É importante ter presente”. O que observa Pimenta (1997, p.120 apud UFT, 2003) é que

O conhecimento não se adquire ‘olhando’, ‘contemplando’, ‘ficando ali diante do objeto’, exige que se instrumentalize o olhar com teorias, estudos, olhares dos outros sobre o objeto, que por sua vez, é fenômeno universal.

Então, todos esses componentes citados são essenciais na formação profissional de um futuro professor de matemática, ou seja, um profissional competente que vai continuar buscando através dessas ações de ensino e estudo o reconhecimento e desenvolvimento de sua formação na área matemática. Além disso, o professor em formação aprende a conhecer a realidade além das aparências de modo que possa interagir relações em diferentes situações com que ele se depara, referentes aos processos de aprendizagem no contexto social em que está inserido.

Com relação ao quadro docente, o Curso de Matemática nos anos de 2003 e 2004 recebeu sete professores concursados efetivos. Em 2008 este número chega a 16 (dezesseis), para somente em 2010 completar o seu quadro mínimo de 19 (dezenove) professores. Atualmente, o Curso de Matemática tem 5 (cinco) doutores, 14 (quatorze) mestres, sendo que destes, 4 (quatro) estão em doutoramento.

Em 2008, ao fazer um estudo no Projeto Pedagógico do Curso – PPC, o Colegiado identificou algumas lacunas no que tange a natureza do curso e, a partir da posse de 8 (oito) novos professores, o que ocorreu entre abril a julho do referido ano (até então, o curso contava com apenas sete professores efetivos), desencadeou-se um processo de reformulação do PPC com vistas a adequar-se às necessidades e demandadas da formação de professores, bem como à legislação vigente. Assim, o Curso de Matemática busca desenvolver-se de acordo com as diretrizes legais e com os princípios dos cursos dos demais Institutos de Ensino Superior - IES - do país.

No início de 2010 foi nomeada a comissão para avaliação e reestruturação do PPC de Matemática. Neste mesmo ano, o “novo” PPC fora discutido e aprovado em reunião extraordinária do Colegiado do Curso, e posteriormente pelas instâncias superiores. Onde a partir de 2011.1 os alunos ingressos iniciaram o curso neste novo formato.

Não conseguimos, até o momento, nenhuma informação com relação ao número de egressos do Curso oferecido pela UNITINS. Contudo apresentamos a seguir uma relação com o número de egressos do Curso de Matemática oferecido pela UFT desde sua implantação.

Quadro 01: Número de Egressos do Curso de Matemática do CUA por semestre - 2015

<b>Item</b>	<b>Ano/Semestre</b>	<b>Número de Egressos</b>
1	2005/1	04
2	2005/2	08
3	2006/1	16
4	2006/2	15
5	2007/1	13
6	2007/2	22
7	2008/1	10
8	2008/2	09
9	2009/1	09
10	2009/2	05
11	2010/1	24
12	2010/2	09
13	2011/1	08
14	2011/2	00
15	2012/1	31
16	2012/2	03
17	2013/1	10
18	2013/2	04
19	2014/1	19
20	2014/2	08
<b>Total</b>		<b>227</b>

Fonte: Secretaria do CUA/UFT

Observando esses e, levando em consideração que a entrada semestral é de 40 alunos, o curso tem um número baixo de egressos. Contudo, em relação a números de egressos de cursos de Matemática no Brasil, esses números ficam acima da média. Todavia, não temos nenhuma investigação acerca desses egressos: se seguiram a carreira docente, se cursaram pós-graduação e nem onde e em que trabalham. Isso porque o acompanhamento dos egressos é um determinante fundamental para uma avaliação contínua de qualquer curso de formação profissional e, desta forma, entendemos que é de extrema necessidade gestora o planejamento e a implementação ações e pesquisas para melhor compreender a dinâmica formativa do curso e dos desdobramentos na atuação dos professores no ensino básico após deixar a universidade.

Apesar da falta de informações sistematizadas sobre os egressos e em virtude da cidade de Arraias possuir menos de 11 mil habitantes, os docentes do curso fazem um acompanhamento extraoficial dos ex-alunos e apontam que a maioria dos formados estão trabalhando na educação (quase todos nas redes estaduais de ensino; contudo, há licenciados em Matemática por Arraias, efetivados em Institutos Federais e Universidades

Federais); vários continuaram seus estudos em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Universidades como UnB, UFG, UFSC, entre outras.

Desde sua criação, o curso, passa por um processo lento de mudanças, principalmente no que tange a criação de recursos didático-pedagógicos que visem melhorar a qualidade do e no ensino. Neste sentido e, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), no segundo semestre de 2008, fora criado o Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT).

O LEMAT foi criado como um programa de extensão. Este é uma construção coletiva dos professores do Curso de Matemática que se deu através do empenho, dedicação e muita força de vontade, tanto dos docentes quanto dos acadêmicos. Tal programa contou com o apoio da direção do Câmpus que concedeu um espaço de uma sala de aula e mobiliário básico necessário para o início das atividades.

O LEMAT tem como objetivos: intervir na formação didática do licenciando; potencializar estudos sobre a formação do professor e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; produzir e utilizar material didático-pedagógico para o desenvolvimento de atividades para o ensino e a aprendizagem da Matemática; possibilitar vivência de práticas de ensino de Matemática, tendo como parâmetro a estruturação didática do processo de ensino e seus elementos constitutivos; e proporcionar situações onde licenciandos compreendam conceitos matemáticos e suas metodologias de ensino.

No ano de 2011 o curso viabilizou a implantação de mais um laboratório, denominado LEM (Laboratório de Ensino de Matemática) e instituído a partir da aprovação do novo PPC, com o objetivo de dar suporte as disciplinas que necessitam de um espaço adequado para desenvolverem as suas atividades de ensino e aprendizagem, uma vez que o laboratório surge como mais um espaço para alcançar os objetivos do curso.

O LEM auxilia para que ocorram essas mudanças no modo de se trabalhar a Matemática nos cursos de licenciatura em Matemática. Sua utilização se torna muito importante, pois o Laboratório permite que os professores inovem e os alunos desenvolvam capacidades para pensar, analisar, criticar e produzir seu próprio material para estudos (UFT, 2010).

As disciplinas que estarão ligadas diretamente ao LEM são: Didática da Matemática; Laboratório de Ensino da Matemática I; Laboratório de Ensino da Matemática II; História da Matemática; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso; Trabalho de

Conclusão de Curso; Os Estágios Supervisionados, além das disciplinas optativas que necessitarem do laboratório para a prática.

## **QUANTO À PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* E *STRICTO SENSU***

A partir de 2012 o Curso de Matemática passa a oferecer cursos de pós-graduação *lato-sensu*, sendo uma em Matemática e outra em Educação Matemática. Ambas voltadas para a formação de professores, sendo que o primeiro tem como objetivo: possibilitar a formação de especialistas em matemática em nível de pós-graduação. Já o segundo tem por objetivo: formar profissionais das áreas de Matemática e de Ciências Naturais (Licenciatura/Bacharelado), com base nas principais tendências da Educação Matemática, abordando as bases teóricas e metodológicas para o ensino da Matemática.

Em cada um desses cursos são oferecidas 15 vagas por seleção. A primeira turma da *pós-graduação em Matemática* teve cinco cursistas certificados e tem previsão de abertura de uma nova turma para 2015. A *pós-graduação em Educação Matemática* teve seleção em 2014 e possui 7 alunos matriculados e cursando.

No mesmo ano, o curso de Matemática, Câmpus Arraias, em convênio com o Sociedade Brasileira de Matemática - SBM, passa a contar com o Programa de Mestrado Profissional em Matemática - ProfMat. Onde são oferecidas 20 vagas, sendo 80% para candidatos professores das redes públicas da Educação Básica que atuem na docência de Matemática, e 20% para ampla concorrência. A primeira turma já foi selecionada e todas as vagas foram preenchidas.

## **A GUIA DE REFLEXÕES**

Este artigo pretendeu reconstruir um pouco da trajetória da Licenciatura em Matemática na cidade de Arraias (TO); Um curso que já pertenceu a uma universidade estadual e a uma federal; Instituições essas que, apesar de serem públicas, pertencem a sistemas educacionais distintos e com legislações diferentes. Contudo, o primeiro elemento que chama a atenção é de que o Curso resistiu a todas as intempéries, avançou na gestão democrática e prezou pela qualidade na formação de professores de Matemática.

No que se refere às duas instituições Fundação Universidade do Tocantins-UNITINS e Universidade Federal do Tocantins – UFT, a dificuldade na coleta de dados foram empecilhos de força maior, pois alguns responsáveis pela documentação quanto ao processo de instalação da primeira instituição em Arraias, “tinham coisa mais importante para fazer”, outros apesar da boa vontade não tinham tempo disponível para procurar, mas dentro dos dados obtidos o trabalho feito foi gratificante, pois oportunizou registrar dados que constituem a essência legal, pedagógica e histórica das duas universidades.

Com relação à formação de professores de Matemática, evidenciou-se de limitações e ações próprias de uma instituição com tamanha responsabilidade social, percebe-se que a cada, a cada dado novo, uma perspectiva diferente, um objetivo delimitado, porém sempre com intuito de promover e desenvolver o licenciando em seus múltiplos aspectos, preparando-o para exercer conscientemente e criticamente seu papel social, transformando seu meio, exercendo e promovendo a cidadania e a democracia.

Percebemos, também, que alguns avanços foram pontuais na transição da UNITINS para a UFT como por exemplo, o processo seletivo por meio de concurso público; investimentos com prédios, equipamentos e laboratórios; além da instituição de cursos de pós-graduação e várias atividades de extensão.

A esse respeito o PPC de Matemática (Resolução nº 27/2010, CONSEPE-UFT), sinaliza que o objetivo do curso é

Formar professores de Matemática para atuarem na Educação Básica, com conhecimentos técnico-científicos articulando a Ciência Matemática, a Educação e a Educação Matemática; com visão de seu papel social, comprometidos com a produção dos saberes matemáticos historicamente construídos pela humanidade e com o processo de ensino e aprendizagem; capazes de refletir sobre sua prática, de modo a desenvolverem estratégias de ensino que promovam a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos. (UFT, 2010)

Os documentos e as informações apresentados neste trabalho nos permitem vislumbrar que formação de professores de Matemática em Arraias perpassa duas décadas. Formação que sobreviveu a tormentas de um processo de transição instâncias administrativas e de fechamento de Câmpus, quando da federalização da UNITINS. E que história de lutas e de vigilância no atendimento aos documentos oficiais balizadores da formação de professores, possibilita ver que a Licenciatura em Matemática neste recanto do país alcança os seus objetivos de formação humana.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Clescimone de Jesus Lobato (2006). *Universidade: UNITINS e UFT em Arraias.*(Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins). Arraias-TO.

BRASIL (2000). *Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000 - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.* Brasília - DF: DOU de 24 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.portal.in.gov.br/>

SILVA, Fernanda Braz (2010). *Memórias e Trajetórias do Curso de Licenciatura em Matemática de Arraias – TO.* (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Tocantins). Arraias – TO.

TOCANTINS (1994). *Resolução/CONDIR/Nº 018/94, de 14 de outubro de 1994.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

TOCANTINS (1999). *Resolução/CONDIR/Nº 029/99, de 16 de abril de 1999.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

TOCANTINS (1999). *Lei nº 1042, DE 26 de janeiro de 1999- Dispõe sobre os processos de transformação da autarquia Universidade do Tocantins e de instituição e consolidação da Fundação Universidade do Tocantins.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

TOCANTINS (2000). *Lei nº 1.126, de 1º de fevereiro de 2000 - Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota providências.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

TOCANTINS (2000). *Lei nº 1.127, de 1º de fevereiro de 2000 - Dá nova denominação à Universidade do Tocantins - UNITINS, autarquia estadual, e adota outras providências.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

TOCANTINS (2000). *Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000 - Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências.* Palmas: Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.diariooficial.to.gov.br/>

UFT - Universidade Federal do Tocantins (). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2001-2005.* Palmas. Disponível em: <http://www.uft.edu.br>

UFT - Universidade Federal do Tocantins (2003). *Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Processo de Transição UNITINS-UFT.*

UFT - Universidade Federal do Tocantins (2010). *Resolução nº 27/2010/CONSEPE Projeto Pedagógico do Curso de Matemática.* 2010.